

DO PODER NORMATIVO À CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – A BUSCA DA SUSTENTABILIDADE EM SAÚDE*

From normative power to a concept of human development: searching for health sustainability

Marta Julia Marques Lopes¹

RESUMO

O artigo propõe-se a introduzir a reflexão sobre a noção de Desenvolvimento Sustentável no planejamento e geração das práticas e tecnologias em saúde e na enfermagem de forma particular. Questiona o modelo desenvolvimentista atual e suas implicações nas concepções e práticas de saúde, na perspectiva da qualidade de vida.

UNITERMOS: *saúde; enfermagem; desenvolvimento humano; sustentabilidade.*

A construção do saber e a noção do desenvolvimento

A idéia de modelo desenvolvimentista é básica para introduzir a questão do desenvolvimento sustentável e suas implicações na e para a saúde. Permito-me, então, começar esta discussão com uma questão levantada pelo historiador e filósofo francês, Edgar Morin.

O homem domina o planeta? pergunta Morin (1993). Segundo suas idéias, a era planetária começa ao final do século XV com a descoberta, pelos europeus, de um continente povoado de culturas desconhecidas e de deuses desconhecidos. Mas, diz ele, a unidade microbiana vai se exprimir rapidamente. O *Treponema pallidum* atravessa o Atlântico, se dissemina na Europa e em sete anos atinge a China pela rota das caravelas,

* Este texto foi produzido com base na prova escrita do concurso para Professora Titular da disciplina de Enfermagem em Saúde Comunitária da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em julho de 1997. A temática do concurso foi: Ciência e Tecnologia, implicações na Enfermagem de Saúde Pública e/ou Comunitária.

1 Professora Titular da área de Saúde Comunitária da Escola de Enfermagem da UFRGS, Doutora em Sociologia.

enquanto o Bacilo de Koch se instala sobre as populações indígenas da América. O tabagismo se expande na Europa, o alcoolismo toca de muito perto a América. As batatas, os tomates e o milho se introduziram no Velho Mundo. O cavalo, o trigo, o café e a cana-de-açúcar, no Novo Mundo. Uma rede mais e mais fina de trocas e de comunicações é tecida no planeta. A mundialização se amplia no século XIX com a febre expansionista da Europa colonialista sobre o conjunto do globo. Essa mesma Europa se estilhaça pelas e dentro de duas grandes guerras mundiais no século XX. A economia é mundializada ou globalizada, o mercado é mundial. O capitalismo é internacional. A ecologia tornou-se um problema planetário. A televisão coloca tudo sob os olhos de todos, diz Morin (op.cit.).

Adotando a Terra como nossa casa e nossa pátria, tomando emprestado a denominação de Morin – “terre-patrie” –, a idéia de controle, de propriedade, perde seu sentido. O planeta não nos pertence, somos nós que a ele pertencemos. Não mais se pode pensar em sujeitar todos os elementos, todas as coisas, todos os seres simplesmente porque devem ser submetidos à inteligência humana.

A construção do saber, e do saber científico em especial, não pode desconsiderar que fazemos parte de um sistema organizado e auto-regulado que é a biosfera. O crescimento industrial, técnico e urbano descontrolado tende a destruir a vida em seus sistemas locais e a degradar a biosfera da qual somos parte. Essa consciência requer a assunção de uma nova lógica. Torna-se, portanto, necessário abandonar a idéia dominante de que encontrou-se a fórmula da boa sociedade, do verdadeiro desenvolvimento, que as ciências humanas e naturais estão prontas ou quase prontas.

Partindo desse patamar de consciência é possível retomar outros questionamentos, como, por exemplo: que concepção ou concepções de ciência, tecnologia e desenvolvimento nos recolocam em uma nova postura ética frente ao planeta?

Uma possível resposta, baseada em princípios éticos e humanistas, admite que é preciso colocar o ser humano em interação com os ambientes naturais e sociais ao centro das políticas desenvolvimentistas, dos processos de desenvolvimento, criando políticas e instrumentos que assegurem benefícios equitativos nos diversos planos das interações vitais.

Então, colocar o ser humano e o seu planeta no centro das preocupações desenvolvimentistas implica que nossas práticas sociais dirijam-se à garantia de uma vida longa e saudável, ao acesso ao conhecimento produzido e aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

Analisando o paradigma do desenvolvimento humano (Brasil, 1996) observa-se nele preconizado o desenvolvimento baseado em produtividade (para distribuição), em equidade, em sustentabilidade e na participação dos indivíduos e grupos nas decisões. Em síntese, essa noção de

desenvolvimento implica “permitir a todos os indivíduos desenvolverem ao máximo as capacidades humanas e fazer delas o melhor uso em todos os campos: econômico, social, cultural e político” Brasil (1996). Ao meu ver, uma tal definição implica a adoção da perspectiva do desenvolvimento sustentável – no sentido de que é uma imposição ética garantir às gerações futuras oportunidades iguais às que gerações anteriores desfrutaram.

Assim, cabe questionar nossa participação enquanto sujeitos capazes de influenciar a construção de modelos desenvolvimentistas capazes de integrar esses princípios básicos, adequando-lhes estratégias de alcance e contando com a participação das pessoas nas decisões e processos que afetam suas vidas.

Podemos, portanto, continuar as indagações no sentido de nos perguntarmos sobre que padrões de ciência e tecnologia seriam compatíveis com esse modelo de desenvolvimento?

Assiste-se por todo lado a um esgotamento de certezas nas conquistas da ciência-iluminista e nos arranjos introduzidos nas vidas de indivíduos e grupos pela lógica econômico-capitalista. Os argumentos que falam de crise, conforme discute Veiga Neto (1995), associam-na ao isolamento tanto interno (entre as disciplinas básicas) quanto externo (entre a ciência e a filosofia, a arte). Tentar entender essas crises para reorientar o futuro passa pelo entendimento dos paradigmas sobre os quais estão assentadas a ciência, a tecnologia e a filosofia modernas.

A tradição intelectual moderna – o cientista moderno, de um modo simplificado, seguindo o mesmo autor, pode ser situado no tripé Galileu-Descartes-Newton. Galileu como argumentador e propagandista, Descartes como filósofo e metodólogo e Newton como matemático. As influências precisam também ser situadas no campo do desenvolvimento da filosofia (Kantismo, Idealismo, Existencialismo).

Compreender essa lógica e as idéias centrais que advêm dessa confrontação, é importante no sentido de refletir sobre o que poderia significar hoje (re)fundir o conhecimento ou, quem sabe, encontraríamos em nós, indivíduos, grupos e planeta, a síntese. Talvez a idéia central de desenvolvimento humano justifique uma ciência integradora que instrumentalize os seres humanos para viverem bem, para a plena utilização da noção de qualidade de vida.

Com esse raciocínio, que aliados dispõe-se ou com quais pode-se contar?

As transformações científicas e tecnológicas podem ser definidas como um processo social dentro de uma complexa relação de causa e efeito com as mudanças culturais, segundo as idéias de Rattner (1992). As escolhas nesse campo dependem das necessidades, dos interesses, das relações de poder entre os diversos setores sociais que participam do processo de geração de bens e de produtos.

A possibilidade de intervir na produção da História coloca a responsabilidade de lutar pela sustentabilidade do(s) modelo(s) desenvolvimentista(s) adotados. Não se trata de negar os benefícios de muitas das transformações proporcionadas e provocadas pela ciência enquanto forma privilegiada de conhecimento da realidade, e as tecnologias dela advindas. Trata-se, sim, de interpor princípios que garantam modelos que não sustentem formas de organização social que conduzam à miséria e à indigência.

Contrariando as teses atuais das políticas no campo científico e tecnológico, tem-se consciência da necessidade de enfatizar a interdependência entre as variáveis econômicas, tecnológicas, culturais, políticas, ambientais e éticas dentro de um processo de desenvolvimento que seja sustentável.

Saúde, enfermagem e desenvolvimento sustentável

O questionamento dos modelos paradigmáticos dominantes nos conduz a afirmar que assiste-se a modificações no processo de produção científica. A crença indiscriminada no processo científico como fonte de bem-estar da humanidade cede lugar a uma visão mais crítica e comedida na qual, diante da complexidade dos fenômenos físicos e sociais e dos desafios quanto à regulação ética, passam a ter valor relativo tanto o poder normativo oriundo da produção científica quanto o próprio alcance da racionalidade técnico-instrumental (Brasil, 1994).

São inegáveis, porém, os benefícios alcançados e as contribuições que a ciência e a tecnologia possibilitam no campo da saúde. Nesse campo, o Brasil dispõe de um parque tecnológico capaz de proporcionar esses benefícios, a despeito das distorções que se possa apontar.

No âmbito da saúde coletiva são exemplos de avanços científicos que condicionam e redefinem as prioridades: os conhecimentos gerados pela epidemiologia e pelas ciências humanas e sociais relativos ao processo saúde-doença; as mudanças nos processos de planejamento e nos gastos voltados para a melhoria da qualidade dos serviços; os conhecimentos acerca de formas de articulação e organização dos interesses e da representação social das condições de saúde; a oferta de serviços e as modalidades de atendimentos do sistema, entre outros.

Esses avanços colocam ou trazem consigo desafios éticos consideráveis. Riscos e benefícios são questionados na velocidade com que ocorrem esses avanços, sendo fundamentais as (re)visões das políticas em C&T (Ciência e Tecnologia), em saúde e bioética. As legislações em biossegurança são exemplos da necessidade de readequação ou criação de mecanismos regulatórios e de controle face aos novos processos tecnológicos.

O modelo atual de políticas e serviços de saúde no Brasil, não é

novidade, caracteriza-se pela medicalização, pela ótica assistencial, com predomínio médico-hospitalar e com práticas impregnadas de alta tecnologia e especialização, de custo operacional elevado, exigente em recursos humanos de alta formação, pouco expandido e pouco acessível à maioria da população.

Essa caracterização absolutiza um sistema de distorções que vai desde os estímulos e incentivos à pesquisa e pesquisadores com alta seletividade, até um sistema de serviços de má qualidade.

A seletividade leva ao desenvolvimento desordenado da área e de setores e a hierarquização dos saberes. Essa política, evidentemente, não beneficia os “saberes periféricos”, como defino o de enfermagem na relação com outros saberes hegemônicos no campo das disputas científicas na área da saúde, ou “aqueles que entraram pela porta dos fundos”, como afirma Bourdieu (1980).

Alguns estudos americanos afirmam que a enfermagem e as enfermeiras são um grupo que tem aceitado passivamente e incorporado tecnologias em seu fazer sem necessariamente se apropriarem criticamente desses processos. As enfermeiras são ainda menos atuantes na legitimação instrumental (tecnológica) de suas práticas e dos momentos de criação que experimentam na riqueza das unidades de internação e do trabalho em contato direto com as populações, no caso da saúde coletiva. Registrar métodos, patentes e refletir sobre a sua própria prática não constitui ainda um processo “natural” no meio da enfermagem (Scochi; Santos; Évora, 1991 e Nascimento e Souza, 1996).

Esse potencial da enfermagem é, no entanto, imprescindível para a adequação das ações e serviços de saúde. No campo da saúde coletiva a compreensão, por exemplo, da adequação tecnológica às reais necessidades dos indivíduos e grupos assistidos poderia ter grande contribuição da enfermagem.

Em uma postura crítica, a adoção do termo “adequada” no campo da tecnologia em saúde, evita confusões que associam positivismo, improvisação e baixo custo às ações dirigidas às populações pobres. Também a clareza de que esse não é um assunto puramente técnico, mas também político, no qual, enquanto técnicos, experts e cidadãos temos responsabilidade de influenciar, introduz um novo olhar sobre as práticas profissionais.

Paim (1981) sugere como essencial a participação das enfermeiras no que chama “tecnologia de processo”, atuando na ampliação de cobertura através da capacitação de recursos humanos e grupos comunitários e na supervisão da saúde e dos atos técnicos próprios, onde quer que sejam exercidos.

Assim, são exemplos de tecnologias de processo as ações no controle de infecção; nos projetos de alojamento conjunto; nas medidas de puericultura, quer hospitalares, quer domiciliares; no conhecimento e nas tec-

nologias já existentes para as imunizações; no processo administrativo de saúde e supervisão como instrumento de ensino-aprendizagem na difusão de tecnologias apropriadas pela enfermagem no sentido de estar sempre presente na experimentação, adoção e avaliação das novas tecnologias, entre outros.

Nesse sentido, as adaptações técnicas, tão freqüentes no dia-a-dia da relação/intermediação enfermeira-paciente, são também exemplos de processos e redefinições instrumentais que influenciam tanto na efetividade das medidas de diagnóstico, cuidado e tratamento, como no seu aperfeiçoamento.

O desafio do “adequado” desenvolvimento científico e tecnológico em defesa da vida

O desenvolvimento científico e tecnológico não deve ser definido pela “moda” das pesquisas no mundo, mas deve estar comprometido em buscar solução dos problemas do nosso meio, da nossa população.

Enquanto enfermeira, tenho claro que a proximidade com os sujeitos-objeto do fazer profissional que nos é próprio, nos configura em potenciais planejadoras e gestoras dos sistemas de saúde. Produzimos e detemos grande quantidade das informações que alimentam o sistema de saúde. É, no entanto, necessário que se processe a apropriação crítica dessas ferramentas com competência técnica e com uma dose considerável de cidadania.

A competência permitirá ouvir e interpretar o que os indivíduos e grupos têm a dizer, além de transformar essas falas em formas e instrumentos adequados para assistir com a devida complexidade às necessidades que se apresentem.

A cidadania conduzirá ao exercício do poder passível de transformar e buscar soluções, mesmo no contexto adverso que hoje vivemos.

Dessa forma, a saúde pensada na perspectiva de desenvolvimento humano e, acrescido, sustentável, considera os indivíduos em sua complexidade e incorpora a dimensão ambiental adoção de um paradigma que considera não só a esperança de vida ao nascer mas o direito de vida em um planeta saudável.

Finalizo estas reflexões ainda incipientes, utilizando as palavras de um outro pensador francês, para ser coerente com o início deste texto, absolutamente instigante ao meu ver. Diz ele: “foi uma orgia total, de real, de racional, de sexual, de crítica e de anti-crítica, de crescimento. Nós percorremos todos os caminhos da produção e da superprodução virtual de objetos, de signos, de mensagens, de ideologias, de prazer. Hoje, tudo é livre, o jogo está lançado, e nós nos encontramos coletivamente diante de uma questão crucial: o que fazer após a orgia?” (Baudriard, 1990).

ABSTRACT

This paper pretends to introduce a reflection about the notion of sustainable development in planning and generating practices and technologies concerned to health and, particularly, nursing. It questions the current model of development and its implications in health concepts and practices in a perspective of living quality.

KEY WORDS: *health, sustainable development, nursing technology, living quality..*

RESUMEN

El artículo se propone a introducir la reflexión sobre la noción de Desarrollo Sostenible en el planeamiento y generación de las prácticas y tecnologías en salud y particularmente en la enfermería. Discute el modelo de desarrollo actual y sus implicaciones en las concepciones y prácticas de salud en la perspectiva de la calidad de vida.

DESCRIPTORES: *salud, desarrollo sostenible, tecnologia de enfermería, calidad de vida.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BAUDRIARD, J. *La transparence du mal*. Paris: Galilée, 1990.
- 2 BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- 3 BRASIL. Ministério da Saúde. *Ciência e tecnologia em saúde*. Brasília, 1994.
- 4 BRASIL. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996.
- 5 MORIN, E. *L'homme domine-t-il sa planète?* Le Nouvel Observateur. Paris: n.2, 1993.
- 6 NASCIMENTO, M.A. de L.; SOUZA, E. de F. Da ciência e arte na enfermagem à tecnologia e industrialização. *Revista de Enfermagem-UERJ*, Rio de Janeiro: Edição Especial, p.119-123, 1996.
- 7 PAIM, E.R. A enfermagem e a tecnologia apropriada: adequação da prática à realidade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 33. Manaus: 1981. *Anais*. Manaus. ABEn, 1981
- 8 RATTNER, H. *Tecnologia e desenvolvimento sustentável*. Universidade e Sociedade. Brasília, n 4, 1992.
- 9 SCOCHI, C.G.S.; SANTOS, B.R.L. dos.; ÉVORA, D.M. A informática na prática de enfermagem: um novo desafio para o enfermeiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre: v.12, n.2, p.19-22, jul. 1991.
- 10 SILVA, D.F.; SOUZA, N.G. *Interdisciplinaridade na sala de aula*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1995.
- 11 VEIGA-NETO, A. J. Crise dos paradigmas e interdisciplinaridade. In: SILVA, D.F.; SOUZA, N. G. *Interdisciplinaridade na sala de aula*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1995.

Endereço da autora: Marta Julia Marques Lopes
Author's address: Rua São Manoel, 963
90.620-110 - Porto Alegre - RS